

RESENHA

POPULISMO E CRISES DA DEMOCRACIA

PRZEWORSKI, Adam. 2020. *Crisis da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ana Tereza Duarte Lima de Barros¹

<https://orcid.org/0000-0001-6362-3692>

Jorge Henrique Oliveira de Souza²

<https://orcid.org/0000-0002-9067-8581>

Em seu livro mais recente, “Crisis da democracia”, publicado no Brasil em 2020, pela editora Zahar, Adam Przeworski, professor de política e economia da Universidade de Nova York, dá sua aguardada contribuição ao recente e acalorado debate sobre uma possível reversão democrática no cenário mundial. O livro se encontra dividido em três partes, sendo a primeira delas “O Passado: Crises da Democracia”, a segunda “O Presente: O que está acontecendo?” e a terceira “O Futuro?”, somando um total de dez capítulos.

É relevante, como um exercício inicial para o devido entendimento do escopo da obra de Przeworski, contextualizar o debate acadêmico sobre *democratic backsliding* (retrocesso democrático), no qual o livro está inserido. Embora textos mais antigos de autores como Fareed Zakaria (1997) já tenham dado previsões sobre um alegado retrocesso democrático, esses rumores ganharam mais força na última década, muito por conta das mudanças na geopolítica mundial, seguidas pelas análises do debate acadêmico de ponta. Um dos primeiros a apontar e cunhar o termo “recessão democrática” foi Diamond (2015), o qual observou que, desde a Terceira Onda Democrática, iniciada em 1974, com Revolução dos Cravos, como pontua Samuel Huntington (1994), houve um período constante de crescimento e melhoria qualitativa da democracia, porém, no último decênio, houve diversos retrocessos em áreas não-eleitorais da democracia.

O debate ganhou tons mais alarmistas – questionados por Przeworski em seu livro – com uma publicação de Foa e Mounk (2016) no *Journal of Democracy*, apontando um declínio geracional do apoio à democracia entre *baby boomers* e *millennials*. A análise pessimista gerou uma série de respostas incisivas no âmbito da própria publicação, que, dada as proporções que a discussão tomou, abriu uma exceção e criou uma página online disponibilizando as críticas mais vocais para o grande público, bem como a réplica de Foa e Mounk. Alexander e Welzel (2017), Voeten (2017) e Pippa Norris (2017) apontaram diversas inconsistências no texto do Mounk e Foa, como problemas no banco de dados (VOETEN, 2016), ausência de observações detalhadas sobre o modelo de

¹ Doutoranda e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe). Membro da Red de Politólogas. E-mail: anaterzadlb@gmail.com

² Doutorando em Ciência Política pela UFPE. É bolsista de doutorado pela CAPES e ensina Ciência Política e matérias correlatas na Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro. E-mail: jorge.oliveiragomes@ufpe.br

democracia que os *baby boomers* costumam apoiar com mais ênfase que os *millenials* (ALEXANDER; WELZEL, 2017) e foco excessivo em democracias anglo-americanas, deixando de lado outras democracias ocidentais (NORRIS, 2017).

Mais tarde, livros tais quais “Como Morrem as Democracias” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) e “O povo Contra a Democracia” (MOUNK, 2019) foram lançados, levando o debate ao grande público com um viés menos otimista que o colocado pelos críticos de Mounk e Foa. É nesse quadro amplo que se insere a obra de Przeworski. Seu livro, também destinado a um público não-acadêmico, é valioso como revisão da temática por parte de um relevante pesquisador da ciência política atual. Contudo, conforme abordar-se-á nesta resenha, o livro não traz nenhuma novidade relevante, o que tampouco tira o mérito da análise sóbria e realista de Przeworski.

Crises da democracia se inicia com Przeworski questionando se há exagero na afirmação de que as democracias atuais estão em crise – basicamente a pergunta que vários pesquisadores de peso têm feito nos últimos anos. No livro, o autor reitera a sua concepção schumpeteriana de democracia minimalista, em que há democracia onde há eleições competitivas e justas. Os direitos civis e as liberdades políticas previstas por Dahl estariam incluídos, uma vez que seriam precondições para a existência de eleições competitivas. Estado de direito, Judiciário independente, igualdade econômico-social, e o não uso de repressão para manter a ordem pública não seriam requisitos da democracia, porém, o regime democrático pode ser ameaçado pela violação de algum desses elementos.

Diferentemente de Levitsky e Ziblatt (2018) e Foa e Mounk (2019), que advogam pela existência de um amplo espectro de tipos de regimes políticos situados entre a democracia pura e o autoritarismo puro, Przeworski vê como problemática esse tipo de classificação da democracia. Termos como “eleitoral”, “social”, “constitucional”, “representativa”, “social”, aumentariam bastante o número de democracias que poderíamos considerar em crise no mundo, dada a dificuldade de conseguir bom desempenho em tantos âmbitos ao mesmo tempo.

A Ciência Política já foi majoritariamente schumpeteriana. Todavia, o panorama parece ter mudado nos dias atuais, tendo em vista a popularização e mobilização constante, nas produções da área, de dados provenientes de institutos e índices de mensuração da qualidade da democracia como o V-Dem (Varieties of Democracy), o Democracy Index (da revista The Economist), o World Economic Forum e a Freedom House (dentre outros). Um ponto em comum entre todos esses índices amplamente operacionalizados na ciência política recente é a percepção de que a democracia envolveria mais dimensões do que apenas eleições livres, justas e periódicas, a saber: *Rule of Law*, proteção aos direitos individuais e *checks and balances*, mencionando apenas três exemplos. Como se sabe, o processo eleitoral é, estratégica e frequentemente, utilizado por líderes com práticas autoritárias, que veem nas eleições uma maneira de legitimar suas arbitrariedades. Nesse sentido, a América Latina, durante a década de 1990, foi dominada por um tipo específico de liderança que levou Guillermo O'Donnell (1994) a denominar a democracia latino-americana da época de “democracia delegativa”, que seria um tipo de regime em que o líder crê estar acima de todas as demais instituições e usa a justificativa de ter sido eleito. Após O'Donnell, vários outros cientistas políticos deram nome aos regimes que se situam em algum lugar entre a democracia e o autoritarismo puro. Larry Diamond (2004) chamou de “regimes híbridos”, Mainwaring et al. (2001) de “semidemocracia”, Levitsky e Way (2010) de “democracias eleitorais”, entre outros.

Przeworski, conforme infere-se, se mantém relativamente na contramão da perspectiva supracitada, a qual reconhece que inúmeros são os casos de países em que há eleições, porém o Estado viola as liberdades e sufoca o pluralismo. O autor prioriza destacar a importância de regularidades empíricas como a renda per capita e os índices de crescimento econômico, mas

também salienta o quão fundamental é o papel do sistema de governo. Um ponto curioso da publicação reside no fato dela relançar um debate antigo da ciência política sobre supostas fraquezas institucionais do presidencialismo. Desde a publicação de “Os perigos do presidencialismo” (LINZ, 1990), vários foram os cientistas políticos que demonstraram um certo grau de desconfiança em relação ao presidencialismo, enquanto sistema de governo capaz de promover democracias estáveis. Estaria Linz certo nas suas previsões sobre o presidencialismo³? Przeworski (2020, p. 61) coincide quando argumenta que “a fraqueza das democracias presidenciais é evidente”, ainda que o ceticismo em relação ao presidencialismo vem há muito sendo amenizado por autores como Mainwaring e Shugart (1997). Mesmo no conturbado cenário político brasileiro atual, propostas de reforma que visam minorar supostas dificuldades do presidencialismo, como problemas de governabilidade e a rigidez excessiva nos mandatos, estão sendo aventadas (Amorim Neto e Samuels, 2021), mostrando uma ressurgência da temática, até então adormecida, na ciência política e no debate público.

Na segunda parte, Przeworski (2020, p. 111) destaca como sinais visíveis da crise das democracias pelo mundo: 1) o desgaste dos sistemas partidários tradicionais; 2) o avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e 3) o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública. A situação brasileira, citada com apreensão na edição em português brasileiro, se encaixa bem nas características supracitadas, o que, contudo, não põe um ponto final no debate extenuante, dentro da ciência política brasileira, sobre se as instituições (entendidas como “regras do jogo” e mecanismos de resolução de dilemas de ação coletiva) estão funcionando normalmente (MELO, 2021).

A estratégia analítica de Przeworski é conservadora e consiste em não confundir as instituições com os atores. Democracias consolidadas podem estar sob a batuta de líderes autoritários sem que isso resulte em degeneração institucional. No entanto, a imprecisão a respeito da direção da causalidade, bem como problemas de endogeneidade, torna difícil separar as duas coisas. Lideranças autoritárias podem fazer um grande estrago na qualidade de uma democracia, mas o tamanho desse estrago dependerá do vigor institucional do país. É difícil visualizar países como Venezuela, Bolívia, Turquia, Hungria, Polônia e Rússia como tão somente democráticos, apenas porque promovem eleições periódicas.

Na terceira parte da obra, Przeworski aponta como fundamental para o sucesso de uma democracia o bom funcionamento das instituições. As eleições fracassam “quando os governantes ignoram toda refutação a suas políticas, interpretam qualquer atitude contrária como subversiva e se envolvem em atos gratuitos de repressão” (PRZEWORSKI, 2020, p. 199), ou seja, quando não impedem práticas abusivas por parte dos governantes, que tornam o processo eleitoral pouco competitivo.

Przeworski considera a lição mais importante que podemos extrair das experiências mais recentes a constatação de que “as democracias não dispõem de mecanismos institucionais que impedem que elas sejam subvertidas por governos devidamente eleitos segundo normas constitucionais” (PRZEWORSKI, 2020, página 204). E acrescenta que, “quando o governo dá passos que não são flagrantemente inconstitucionais ou antidemocráticos, os cidadãos que se beneficiam de suas políticas, mas ainda dão valor à democracia, não sabem como agir” (PRZEWORSKI, 2020, p. 206). Tais afirmações, à primeira vista, podem parecer incoerentes com o perfil “minimalista” de Przeworski. Todavia, uma leitura atenta da obra percebe que não há contradição entre afirmar que,

³ Linz acreditava que, devido ao problema da legitimidade dual do presidencialismo (Executivo e Legislativo são eleitos diretamente em eleições separadas) haveria tendência a paralisia institucional e crises de governabilidade que ensejariam a entrada indevida de terceiros, “Salvadores da Pátria”, como, por exemplo, as Forças Armadas, enxergadas por muitos como espécie de “Poder Moderador”.

probabilisticamente, há pouca chance de ruptura democrática em democracias antigas de renda alta e que essa ruptura, caso ocorra, não precisa ser necessariamente violenta. O título do livro também é feliz ao não apelar para o conceito sensacionalista de “morte”, mas sim de “crise” da democracia.

É próprio da competição político-eleitoral que muitos políticos tenham o desejo de se manterem no poder por tempo indefinido. Nascido na Polônia, Przeworski utiliza o exemplo do partido polonês Lei e Justiça (PiS), que vê todos os não cristãos como “traidores”, e do primeiro-ministro húngaro, que visa a uma Europa povoada apenas por europeus. “Ambos tentam controlar a mídia, restringir a liberdade de associação e aparelham as repartições estatais com apoiadores do partido e interferem nas regras das eleições” (PRZEWORSKI, 2020, p. 45). No entanto, o autor destaca que o problema maior residiria nas dificuldades de cunho político, na forma de manifestações cidadãs. Os mandatários desses países não podem deixar que os conflitos políticos resultem na ruptura da ordem pública pois, aí sim, a democracia estaria realmente em crise.

É interessante o fato de que, a despeito de ter declarado diversas vezes em entrevistas que a “morte da democracia” virou um bordão para atrair a imprensa (PRZEWORSKI, 2019) e de ser reconhecidamente um defensor da democracia minimalista (tendo inclusive tido querelas intelectuais acaloradas com nomes como Guillermo O’Donnell), no prefácio da edição em português de seu livro, Przeworski se mostra bastante atento à situação institucional brasileira sob a presidência de Jair Bolsonaro, ecoando inclusive análises mais pessimistas em relação ao cenário nacional. Bolsonaro pode ser considerado um populista autoritário e o Brasil foi enquadrado como exemplo de país em que a crise política conseguiu enfraquecer as instituições democráticas. Se comparado a especialistas e acadêmicos pátrios que versam sobre a temática, Przeworski estaria menos otimista sobre a situação nacional do que analistas como Carlos Pereira e Fernando Schüller, porém, menos negativista que a grande maioria da ciência política - ainda que na mesma sintonia em termos de preocupação.

Afinal, o que se tem a dizer sobre o livro de Przeworski? Um dos pontos fortes do livro, que o diferencia de outras obras recentes sobre declínio democrático, como o campeão de vendas “Como morrem as democracias” ou o comentado “O povo contra a democracia”, é o rigor metodológico mais acentuado. Przeworski toma cuidado para, por exemplo, não selecionar casos com base na variável dependente, vício historicista um tanto frequente no livro tanto de Levitsky e Ziblatt como de Mounk (GOMES, 2018). Os casos selecionados por Przeworski para estudo detalhado são os de *outliers*, exceções ao padrão empírico ressaltado pelo autor: renda e saldo democrático (quanto tempo de democracia o país já viveu) são fatores essenciais na análise.

É relevante ressaltar que o posicionamento de Przeworski, em termos de conceituação e métrica, é diferente dos principais veículos de mensuração democrática do mundo, como os previamente citados V-Dem, Freedom House e Democracy Index. Tais instituições utilizam medidas como *surveys* e questionários com especialistas locais e internacionais. Esse tipo de métrica gera bastante elasticidade e volatilidade no curto prazo, já que se torna muito influenciável pelo perfil das lideranças e dos entrevistados. As flutuações desses índices costumam acompanhar o “humor” da população e os vieses pessoais dos entrevistados, contudo, são *proxys* de mensuração da democracia recorrentes e consolidadas. Fazendo uma analogia com o perfil dos investidores na bolsa de valores, comparando países e empresas, Przeworski possui um perfil de investidor arrojado, analisando não só a precificação e cotação diária da empresa (valor de mercado, que oscila diariamente de acordo com a oferta e a demanda) mas seu valor econômico (medida de longo prazo que leva em conta fatores como governança, gestão e patrimônio empresarial). Na sua leitura da democracia Przeworski considera essenciais regularidades empíricas, não apenas impressões, por vezes subjetivas, de curto

prazo. O autor, no entanto, não é simplista a ponto de desconsiderar totalmente critérios qualitativos.

É legítimo e válido nos perguntarmos ao final da leitura: Przeworski avança na literatura sobre a temática? Ler algo produzido por um dos maiores nomes vivos da ciência política é sempre uma experiência proveitosa, recompensadora e enriquecedora. Seu livro mais recente não provê exatamente *insights* seminais em termos metodológicos ou teóricos. Os capítulos finais da obra, onde algumas previsões e leituras generalistas sobre o momento geopolítico atual são feitas, acabam sendo mais interessantes, malgrado mais opinativos. Contudo, boa ciência não exige, necessariamente, ineditismo. Przeworski traz em seu livro uma rica revisão de achados passados sobre a temática, realizando um trabalho mais robusto do que, por exemplo, o *best seller* de Levitsky e Ziblatt (2018). Ao mesmo tempo, transparece em seus relatos a perspectiva de um imigrante polonês que viveu no Chile durante o pré-golpe militar de Pinochet, conhecedor profundo das implicações teóricas e práticas do autoritarismo. Dessa forma, seu livro é uma leitura obrigatória para politólogos ou leigos diletantes que visam estudar as ameaças atuais à democracia.

Referências

- Alexander, Amy C. e Welzel, Christian. 2017. The Myth of Deconsolidation: Rising Liberalism and the Populist Reaction, *Journal of Democracy Web Exchange*. Disponível em: [Online Exchange on "Democratic Deconsolidation" | Journal of Democracy](#). Acesso em: 15 de jul. 2021.
- Amorim Neto, Otávio e Samuels, David. 2021, "Raízes da Aberração Política Brasileira". *Latinoamerica 21*. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/raizes-da-aberracao-politica-brasileira/>. Acesso em 22/07/2021.
- Diamond, Larry. 2004. Elecciones sin democracia. A propósito de los regímenes híbridos. *Estudios Políticos*, 24.
- Diamond, Larry. 2015. Facing Up the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26 (1): 141-155.
- Eatwell, Roger e Goodwin, Matthew. 2020. *Nacional-populismos. A revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Record.
- Foa, Roberto Stefan e Mounk, Yasha. 2016. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect, *Journal of Democracy*, 27 (3): 5-17.
- Freidenberg, Flavia. 2007. *La tentación populista. Una vía al poder en América Latina*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Gomes, Jorge. 2018. Resenha How Democracies Die, *Revista Cadernos de Campo*, (25).
- Huntington, Samuel. 1994. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.
- Levitsky, Steven e Way, Lucan. 2010. *Comparative Authoritarianism – hybrid regimes after the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levitsky, Steven.; Ziblatt, Daniel. 2018. *How Democracies Die*. Nova York: Crown Publishing.
- Linz, Juan J. 1990. The Perils of Presidentialism, *Journal of Democracy*, 1 (1): 51-69.
- Mainwaring, Scott; Shugart, Matthew. 1997. Presidentialism and Democracy in Latin America: Rethinking the Terms of the Debate. In Scott Mainwaring e Matthew Shugart (Org.). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Melo, Marcus. 2021. "As Instituições Estão Funcionando?". *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2021/07/as-instituicoes-estao-funcionando.shtml> . Acesso em 22/07/2021.
- Mounk, Yascha. 2019. *O Povo Contra a Democracia*. São Paulo: Cia das Letras.
- Norris, Pippa. 2017. Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the Risks, *Journal of Democracy Web Exchange*. Disponível em: [Online Exchange on "Democratic Deconsolidation" | Journal of Democracy](#). Acesso em: 15 de jul. 2021.
- O'Donnell, Guillermo. 1994. Democracia delegativa, *Journal of Democracy*, 5 (1): 7-23.
- Przeworski, Adam. 2019. Morte da democracia virou bordão para atrair a imprensa. (Entrevista). *Folha de São Paulo*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-da-democracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml?fbclid=IwAR1Gtew55-ccTJO1w7A1svFTH6G6iz0aUXqeWjGbOsAB61mjO-A0-h_QRqQ . Acesso em 15/07/2021.
- Przeworski, Adam. 2020. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Voeten, Erik. 2017. Are people really turning away from democracy?, *Journal of Democracy Web Exchange*. Disponível em: [Online Exchange on "Democratic Deconsolidation" | Journal of Democracy](#). Acesso em: 15 de jul. 2021.
- Zakaria, Fareed. 1997. The Rise of Illiberal Democracy, *Foreign Affairs*, 76 (6): 22-43.